

TUPER S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
CONSOLIDADO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
TUPER S.A.
São Bento do Sul - SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **TUPER S.A.**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

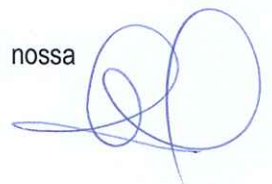
A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the left.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TUPER S.A.**, em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **TUPER S.A.**, em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

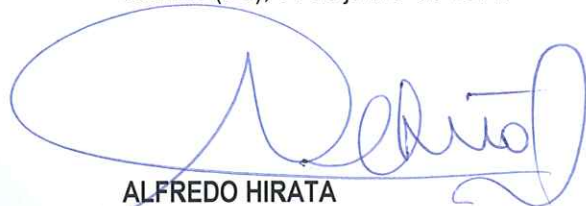
Ênfase

Conforme a nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tuper S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 comparativas

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós auditadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer sem ressalvas emitido em 23 de abril de 2010.

Joinville (SC), 01 de junho de 2011.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Alfredo Hirata", written over a horizontal line.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-T-SP

TUPER S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		2010	2009 Ajustado	2010	2009 Ajustado
<u>CIRCULANTE</u>		262.704	190.210	293.126	199.380
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	45.857	10.693	50.347	15.819
Clientes	8	140.864	116.277	131.656	109.029
Estoques	9	54.624	42.910	96.175	60.794
Impostos a Recuperar	10	7.326	8.460	11.676	11.195
Outros Créditos	11	13.235	11.642	2.410	2.263
Despesas Exercício Seguinte		798	228	862	280
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		526.119	372.068	507.589	387.797
Realizável a Longo Prazo		90.871	41.928	47.773	23.321
Contas a Receber de Terceiros		-	-	-	-
Créditos Pessoas Ligadas	8 e 20	15.096	31.654	14.532	14.212
Depósitos Judiciais		1.412	1.303	1.681	1.307
Impostos Diferidos	18	7.465	609	25.314	2.197
Impostos a Recuperar	10	5.310	4.970	5.702	5.312
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	8 e 20	61.044	3.133	-	-
Outros Créditos	11	544	259	544	293
Investimentos		155.271	140.085	3.933	819
Investimentos em controladas	12.1	19.181	7.100	-	-
Propriedade para investimentos	12.2	3.896	792	3.896	792
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	12.3	132.166	132.166	-	-
Outros investimentos		28	27	37	27
Imobilizado	13	270.996	187.958	312.864	228.646
Intangível	14	8.981	2.097	143.019	135.011
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>788.823</u>	<u>562.278</u>	<u>800.715</u>	<u>587.177</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

TUPER S.A.

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		2010	2009 Ajustado	2010	2009 Ajustado
<u>CIRCULANTE</u>		253.414	131.931	281.932	166.578
Fornecedores	16	84.468	45.765	94.282	69.273
Empréstimos e Financiamentos	17	127.728	63.397	127.775	64.321
Obrigações Sociais	16	7.780	5.547	11.278	8.196
Obrigações Tributárias	16	7.095	4.755	12.031	7.420
Parcelamento Tributário - Lei nº 11.941/09	16	1.166	1.031	7.857	6.930
Títulos a Pagar	16	5.036	3.225	5.036	3.225
Outras Obrigações	16	20.141	8.211	23.673	7.213
		227.165	166.591	210.539	150.296
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					
Empréstimos e Financiamentos	17	87.690	26.261	87.705	27.344
Obrigações Tributárias	16	475	162	6.878	6.918
Impostos Diferidos	18	29.012	22.494	38.518	32.235
Provisão para Contingências	19	16.718	21.195	17.932	22.416
Parcelamento Tributário - Lei nº 11.941/09	16	6.836	6.901	57.648	57.439
Empresas Ligadas	16 e 20	-	2.015	-	-
Provisão Passivo a Descoberto	12.1	84.576	83.619	-	-
Outras Obrigações	16	1.858	3.944	1.858	3.944
		308.244	263.756	308.244	270.303
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	21				
Capital Social		54.430	29.428	54.430	29.428
Reserva de Capital		126.414	126.414	126.414	126.414
Reservas de Lucros		56.750	33.300	56.750	33.300
Resultados Abrangentes		70.650	74.614	70.650	74.614
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora		308.244	263.756	308.244	263.756
Part. dos não controladores no Patr. Líq. da controladora		-	-	-	6.547
Patrimônio Líquido atribuído aos não controladores		-	-	-	6.547
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		788.823	562.278	800.715	587.177

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

TUPER S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

RESULTADO POR FUNÇÃO	NOTA	Controladora		Consolidado	
		<u>2010</u>	<u>2009</u> <u>Ajustado</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u> <u>Ajustado</u>
Receita Operacional Líquida	24	533.828	388.437	665.654	488.123
(-) Custos do Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos		(437.429)	(332.017)	(477.538)	(387.016)
Lucro Bruto		96.399	56.420	188.116	101.107
<i><u>Despesas Operacionais</u></i>					
Com Vendas		(51.841)	(33.176)	(93.034)	(59.880)
Gerais e Administrativas		(20.999)	(28.743)	(26.504)	(32.969)
Efeitos Tributários - Lei n.11.941/09		-	3.101	50	41.664
Equivalência Patrimonial		45.583	52.184	-	-
Outras Receitas e Despesas	26	2.940	(18.598)	5.316	(29.332)
Total das Despesas Operacionais		(24.317)	(25.232)	(114.172)	(80.517)
Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras		72.082	31.188	73.944	20.590
Receitas Financeiras	25	26.438	37.074	28.466	40.927
Despesas Financeiras	25	(42.647)	(33.578)	(53.439)	(51.017)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		55.873	34.684	48.971	10.500
Imposto de Renda e Contribuição Social	18.1	(3.580)	(1.631)	(12.780)	(6.815)
Impostos Diferidos	18.1	(1.040)	5.494	15.062	34.853
Lucro Líquido das Operações Continuadas		51.253	38.547	51.253	38.538
Lucro Líquido das Operações Descontinuadas		-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		51.253	38.547	51.253	38.538
Atribuído a:					
Participação da Controladora		-	-	51.253	38.547
Participação dos Não Controladores				-	(9)
Lucro Básico por Ação (Em Reais)	29	269,58	205,44		

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

TUPER S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total	Resultado Abrangente da Companhia
				Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial					
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 (ajustado)	29.428	126.414	13.909	7.527	71.313	(17.527)	231.064	6.556	237.620	
Dividendos Antecipados "ad ref" Assembléia	-	-	(7.150)	-	-	-	(7.150)	-	(7.150)	
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	(7.150)	-	(7.150)	
Lucro Líquido do Exercício (ajustado)	-	-	-	-	-	38.547	38.547	(9)	38.538	38.538
Outros Resultados Abrangentes							-	-	-	
Resultado Abrangente Total							38.547	(9)	38.538	38.538
Reserva Legal	-	-	1.927	-	-	(1.927)	-	-	-	
Absorção de prejuízos por reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Futuro Aumento de Capital "ad ref" Assembléia	-	-	24.614	-	-	(24.614)	-	-	-	
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	(349)	-	349	-	-	-	
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(5.172)	5.172	-	-	-	
Realização dos Tributos Diferidos sobre o Custo Atribuído	-	-	-	-	1.295	-	1.295	-	1.295	1.295
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (ajustado)	29.428	126.414	33.300	7.178	67.436	-	263.756	6.547	270.303	39.833
Aquisição de Quotas de Controlada	-	-	-	-	-	-	-	(6.547)	(6.547)	
Alteração Percentual de Participação em Controlada	-	-	-	-	418	-	418	-	418	
Aumento de Capital	25.002	-	-	-	-	-	25.002	-	25.002	
Distribuição Dividendos do Exercício de 2009	-	-	(20.012)	-	-	-	(20.012)	-	(20.012)	
Dividendos do Exercício de 2010 a Distribuir	-	-	-	-	-	(12.173)	(12.173)	-	(12.173)	
Transações de Capital com os Sócios							(6.765)	(6.547)	(13.312)	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	51.253	51.253	-	51.253	51.253
Outros Resultados Abrangentes							-	-	-	
Resultado Abrangente Total							51.253	-	51.253	51.253
Reserva Legal	-	-	2.563	-	-	(2.563)	-	-	-	
Reserva para Futuro Aumento de Capital	-	-	40.899	-	-	(40.899)	-	-	-	
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(169)	-	169	-	-	-	
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(6.384)	6.384	-	-	-	
Realização dos Tributos Diferidos sobre o Custo Atribuído	-	-	-	-	2.171	(2.171)	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	54.430	126.414	56.750	7.009	63.641	-	308.244	-	308.244	91.086

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

TUPER S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u> <u>Ajustado</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u> <u>Ajustado</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
a) RESULTADO LIQUIDO AJUSTADO	32.211	23.090	63.077	64.257
Lucro Líquido do Exercício	51.253	38.547	51.253	38.538
Depreciação e Amortização	11.444	10.435	14.471	11.127
Despesa (Receita) Variação Cambial sobre Empréstimo	252	(2.823)	(822)	(2.822)
Perda (Ganho) da Equivalência Patrimonial	(45.583)	(52.184)	-	-
Provisão para Contingência	(4.477)	17.615	(4.484)	4.475
Impairment de Intangível	-	-	-	2.159
Perda (Ganho) na Alienação de Imobilizado e Intangível	(90)	916	(512)	6.302
Juros sobre Empréstimos	19.750	10.584	20.005	13.830
Impostos Diferidos	(338)	-	(16.834)	(9.352)
b) (ACRESCIMO) / DECRESCIMO DO ATIVO	(38.064)	11.386	(60.266)	53.417
Contas a Receber de Clientes	(24.587)	(37.112)	(22.627)	(3.120)
Estoques	(11.714)	26.344	(35.381)	25.925
Outros Créditos	(1.987)	22.072	(805)	18.447
Impostos a Recuperar	794	-	(871)	12.005
Despesas Antecipadas	(570)	82	(582)	160
c) ACRESCIMO / (DECRESCIMO) DO PASSIVO	43.469	14.210	34.316	(50.303)
Fornecedores	38.703	29.131	25.009	25.595
Obrigações Tributárias	2.653	(8.341)	4.571	(95.732)
Obrigações Sociais	2.233	984	3.082	(7.796)
Parcelamento Tributário - Lei nº 11.941/09	70	7.932	1.136	64.369
Outros Passivos	11.655	(4.493)	16.185	(24.454)
Juros sobre Empréstimos Pagos	(11.845)	(11.003)	(15.667)	(12.285)
1 - TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	37.616	48.686	37.127	67.371
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Valor da Venda de Imobilizados	410	-	951	-
Aquisição de Investimentos	(8.986)	(394)	(6.557)	(131)
Aquisição de Imobilizados	(97.720)	(43.732)	(101.976)	(45.137)
Aquisição de Ativos Intangíveis	(7.070)	(1.024)	(8.231)	(1.575)
Dividendos a Receber/Recebidos	43.444	14.308	-	-
Transações com Empresas Ligadas	(2.015)	(49.416)	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	16.558	33.868	(320)	(14.212)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(57.911)	-	-	-
Alteração Percentual de Participação em Controlada	418	-	418	-
2 - TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(112.872)	(46.390)	(115.715)	(61.055)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de Empréstimos e Financiamentos	220.269	93.700	224.934	92.671
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(102.666)	(93.556)	(104.635)	(95.821)
Aumento de Capital	25.002	-	25.002	-
Dividendos Distribuídos/a Distribuir	(32.185)	(7.150)	(32.185)	(7.150)
3 - TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	110.420	(7.006)	113.116	(10.300)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	35.164	(4.710)	34.528	(3.984)
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.693	15.403	15.819	19.803
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45.857	10.693	50.347	15.819

"As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

TUPER S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia tem por objeto social: a) industrialização, comercialização, exportação e importação de: a.1) produtos metalúrgicos em geral, principalmente tubos e perfis diversos; a.2) peças, acessórios e componentes por atacado e a varejo, para veículos automotores, indústria automobilística e implementos agrícolas; a.3) produtos termoplásticos e derivados; a.4) telhas de aço zincadas e outros materiais destinados à construção civil, inclusive a prestação de serviços inerentes à atividade de metalurgia; b) a prestação de serviços de operador logístico; e c) a participação em outras empresas, dentro ou fora do País.

A Companhia possui três unidades fabris em São Bento do Sul/SC, filiais em Curitiba/PR, Embu/SP e Salvador/BA, centros de distribuição e/ou empresas comerciais, constituídas na forma de subsidiárias integrais, em São Bento do Sul/SC, Joinville/SC, Xanxerê/SC, Curitiba/PR, Esteio/RS, Embu/SP, Bauru/SP, Guarulhos/SP, Rio de Janeiro/RJ, Contagem/MG, Uberlândia/MG, Serra/ES, Brasília/DF, Cuiabá/MT e Fortaleza/CE. Realiza vendas para o mercado interno e para o mercado externo. Em 2008 a controladora adquiriu o controle da empresa Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda, que atua no mesmo ramo e possui unidades fabris em Xanxerê/SC e Curitiba/PR. Em 2010 a controladora adquiriu o controle da empresa Eberspaecher Tuper Sistemas de Exaustão Ltda., que atua no mesmo ramo e possui uma unidade fabril em São Bento do Sul/SC.

A Tuper S.A. é uma companhia fechada e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 81.315.426/0001-36, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300023957. Está sediada na cidade de São Bento do Sul/SC, Avenida Prefeito Ornith Bolmann, nº 1441, Bairro Brasília, CEP 89.282-427.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 23/05/2011.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e os resultados consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Tuper S.A. e suas controladas apresentadas a seguir:

Controlada	País	% de Participação	
		2010	2009
Tuper Sistemas de Exaustão Ltda.	Brasil	99,99%	50,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – DF	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – RS	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – SC	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MG	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora Prod. Metal S.A. – DF	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Escapamentos S.A – SP	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MT	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Comercial S.A. – RS	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Comercial S.A. – PR	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Comercial S.A. – SP	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Comercial S.A. – ES	Brasil	100,00%	
Tuper Comercial S.A. – MG	Brasil	100,00%	
Tuper Soluções Construtivas S.A. – MT	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Soluções Construtivas S.A. – DF	Brasil	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora Sol. Construtivas S.A. – DF	Brasil	100,00%	100,00%
Dr. Escap Distribuidor de Autopeças Ltda. (i)	Brasil	1,00%	1,00%
Vanzin Industrial de Autopeças Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%

(i) As demonstrações financeiras da controlada Vanzin Industrial de Autopeças Ltda. estão consolidadas e incluem sua participação de 99,00% na empresa Dr.Escap Distribuidor de Autopeças Ltda.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e na NBC TG 36 aprovada pela Resolução CFC 1.240/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Inclusão nestas demonstrações financeiras consolidadas, das sociedades controladas nas quais a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores e das sociedades coligadas nas quais a investidora tenha influência significativa;
- b) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- c) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades;
- d) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;

- e) Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício;
- f) Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis a controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos; e,
- g) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Transações em Moedas Estrangeiras

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e suas controladas se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, acrescidos do ágio quando este é fundamentado no valor justo de ativos destas sociedades.

b) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a Companhia e suas controladas também mensuram as propriedades para investimento pelo método do custo.

c) Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

3.10 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo método do custo deduzido da respectiva depreciação e perdas por impairment, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o valor patrimonial da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O deságio, quando ocorrer é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos são capitalizados se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

3.12 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

As despesas e custos são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

3.19 Reconhecimento da Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas interligadas.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) tenha transferido ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens
- (ii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

3.21 Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

3.22 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio;
- d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos dos impostos de renda e da contribuição social; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

3.23 Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.24 Combinação de Negócios

A Companhia contabiliza cada combinação de negócios pela aplicação do método de aquisição. Na data de aquisição a adquirente deve classificar ou designar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos da forma necessária para aplicar subsequentemente outros Pronunciamentos, Interpretações e Orientações.

A adquirente mensura os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos na data de aquisição. A diferença entre os ativos líquidos e o valor pago ou a pagar é reconhecida como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no ativo ou como deságio no resultado do exercício.

NOTA 04 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em atendimento a NBC TG 23 aprovada pela Resolução CFC 1.179/09, a Companhia identificou ajustes nas demonstrações financeiras de 2009 e 2008, basicamente de novos entendimentos sobre a matéria das IFRS, conforme apresentado:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Antes dos Ajustes	259.822	220.171	266.369	226.727
a) Custo Atribuído ao Imobilizado	11.996	25.916	11.996	25.916
b) Baixa de Marcas	(9.900)	(9.465)	(9.900)	(9.465)
c) Remensuração do Ágio (Goodwill)	(5.558)	(5.558)	(5.558)	(5.558)
d) Impostos Diferidos sobre Diferenças Temporárias	5.804		5.804	
e) Contingências	588		588	
f) Estorno Despesa Financeira referente Refis	869		869	
g) Regularização de Saldo entre Empresas Ligadas	(1.826)		(1.826)	
h) Ajuste Depreciação referente Revisão da Vida Útil	1.961		1.961	
Após os Ajustes	263.756	231.064	270.303	237.620

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Controladora	Consolidado
	2.009	2.009
Antes dos Ajustes	31.586	31.577
b) Gastos com Marcas Geradas Internamente	(435)	(435)
d) Impostos Diferidos sobre Diferenças Temporárias	5.804	5.804
e) Contingências	588	588
f) Despesa Financeira referente Refis	869	869
g) Regularização de Saldo entre Empresas Ligadas	(1.826)	(1.826)
h) Ajuste Depreciação referente Revisão da Vida Útil	1.961	1.961
Após os Ajustes	38.547	38.538

a) Custo atribuído ao imobilizado

Valor referente complemento de constituição e realização do custo atribuído ao imobilizado, pois na data de transição as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apurou o valor justo de certas máquinas, edificações e terrenos e utilizou esse valor como o custo atribuído desses ativos.

b) Baixa de Marcas

A Companhia realizou a baixa dos gastos com registro de marcas geradas internamente.

c) Remensuração do Ágio (Goodwill)

A Companhia remensurou os ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios decorrente do processo de aquisição da controlada Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda.

d) Impostos Diferidos

A Companhia reconheceu os impostos diferidos sobre todas as diferenças temporárias existentes, como provisões e contingências.

e) Contingências

A Companhia reconheceu o complemento das contingências cuja probabilidade de perda era considerada provável.

f) Despesa Financeira Refis

A Companhia obteve benefícios com a opção do parcelamento dos débitos tributários previsto na Lei nº 11.941/09 e estornou parte das despesas financeiras do Refis

g) Regularização de Saldos entre Empresas Ligadas

A Companhia ajustou diferenças detectadas entre os saldos de contas a pagar e contas a receber entre empresas ligadas.

h) Ajuste de Depreciação referente Revisão da Vida Útil

A Companhia efetuou a revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado e ajustou a respectiva depreciação.

NOTA 05 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

- c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo seus valores contratuais.
- d) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas também estão expostas ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira.

Para reduzir esse risco, a administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

NOTA 06- INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Outros Passivos Financeiros	Total
Caixa e Equivalentes	41.147	4.710	45.857	Fornecedores	84.468	84.468
Contas a Receber	-	140.864	140.864	Emprést. e Financiamentos	214.028	214.028
				Arrend. Financeiros	1.390	1.390
Total	41.147	145.574	186.721		299.886	299.886

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2009 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2009 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Outros Passivos Financeiros	Total
Caixa e Equivalentes	8.471	2.222	10.693	Fornecedores	45.765	45.764
Contas a Receber	-	116.277	116.277	Emprést. e Financiamentos	88.524	88.524
				Arrend. Financeiros	1.134	1.134
Total	8.471	118.499	126.970		135.423	135.422

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Outros Passivos Financeiros	Total
Caixa e Equivalentes	41.148	9.199	50.347	Fornecedores	94.282	94.282
Contas a Receber	-	131.656	131.656	Emprést. e Financiamentos	214.028	214.028
				Arrend. Financeiros	1.452	1.452
Total	41.148	140.855	182.003		309.762	309.762

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2009 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2009 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Outros Passivos Financeiros	Total
Caixa e Equivalentes	8.479	7.340	15.819	Fornecedores	69.273	69.274
Contas a Receber	-	109.029	109.029	Emprést. e Financiamentos	90.400	90.400
				Arrend. Financeiros	1.265	1.265
Total	8.479	116.369	124.848		160.938	160.939

NOTA 07 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Caixa	33	86	51	35
Bancos Conta Movimento	4.677	2.136	9.148	7.305
Aplicações Financeiras	41.147	8.471	41.148	8.479
Total de Caixa e Equivalentes	45.857	10.693	50.347	15.819

NOTA 08 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Contas a Receber de Clientes	83.725	64.032	141.900	114.977
Contas a Receber Empresas Ligadas	63.429	57.143	-	-
Cheques a Receber	262	341	265	341
Contas a Receber de Clientes	147.416	121.516	142.165	115.318
Ajuste a Valor Presente	(1.303)	(583)	(1.822)	(829)
Impairment (Provisão para Perdas)	(5.249)	(4.656)	(8.687)	(5.461)
Parcela Circulante	140.864	116.277	131.656	109.029
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	61.044	3.133	-	-
Mútuos com Empresas Ligadas	15.096	31.654	14.532	14.212
Parcela Não Circulante	76.140	34.787	14.532	14.212
Total a Receber de Clientes	140.864	116.277	131.656	109.029
Total das Demais Contas a Receber	76.140	34.787	14.532	14.212
Total Geral	217.004	151.064	146.188	123.241

Aging List Contas a Receber de Clientes	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Vencidos	15.510	11.450	16.179	14.142
A vencer em até 3 meses	89.694	74.323	120.456	97.774
A vencer entre 3 e 6 meses	2.745	1.733	3.628	2.208
A vencer acima de 6 meses	39.467	34.010	1.902	1.194
Contas a Receber de Clientes	147.416	121.516	142.165	115.318

Movimentação da Provisão Impairment	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo Anterior	(4.656)	(2.165)	(5.461)	(2.486)
Títulos baixados contra a provisão	741	335	1.314	731
Provisão constituída durante o exercício	(1.334)	(2.826)	(4.540)	(3.706)
Saldo Impairment (Provisão para Perdas)	(5.249)	(4.656)	(8.687)	(5.461)

Os empréstimos e financiamentos bancários da controladora estão garantidos por duplicatas no valor de R\$ 94.499.

NOTA 09 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Produtos Acabados	13.004	9.560	17.419	6.583
Produtos em Elaboração	6.575	4.154	7.208	4.788
Matérias Primas	26.877	23.673	36.291	28.394
Almoxarifado	2.777	2.061	3.046	2.953
Produtos para Revenda	2.015	148	24.552	13.305
Outros Estoques	3.376	3.314	7.659	4.771
Total dos Estoques	54.624	42.910	96.175	60.794

Os empréstimos e financiamentos bancários da controladora estão garantidos por matérias primas, estimadas em R\$ 1.803.

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
ICMS	79	27	2.215	1.344
IPI	2.217	1.428	2.781	1.754
IRRF a Recuperar	951	-	951	-
IRPJ Estimativa	1.378	4.065	1.864	4.162
CSLL Estimativa	74	1.073	232	1.087
IOF A Recuperar	91	-	91	-
Impostos s/ Remessa Teste	29	25	41	29
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	10	5	62	25
PIS a Recuperar	432	328	551	345
COFINS a Recuperar – Imobilizado	1.988	1.509	2.539	1.572
Outros Impostos a Recuperar	77	-	349	877
Parcela Circulante	7.326	8.460	11.676	11.195
ICMS S/ Ativo Fixo	5.294	4.970	5.453	5.312
PIS A Recuperar - Imobilizado	3	-	3	-
COFINS A Recuperar - Imobilizado	13	-	13	-
IPI a Recuperar - Crédito Presumido	-	-	233	-
Parcela Não Circulante	5.310	4.970	5.702	5.312
Total de Impostos a Recuperar	12.636	13.430	17.378	16.507

NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Empréstimos a Terceiros	130	77	130	77
Adiantamentos a Terceiros	97	1.417	542	1.507
Adiantamento para Funcionários	260	333	378	460
Créditos Diversos	1.236	210	1.360	219
Dividendos	11.512	9.605	-	-
Total Circulante	13.235	11.642	2.410	2.263
Mútuos com Terceiros	288	-	288	1
Créditos Diversos	256	259	256	292
Total Não Circulante	544	259	544	293
Total de Outros Créditos	13.779	11.901	2.954	2.556

NOTA 12 - INVESTIMENTOS

12.1 Investimentos em Sociedades e Controladas

Controladora Nome	País	Patrimônio Líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Valor Patrimonial do Investimento	Provisão p/ Passivo a Descoberto	% de Participação
Em 31 de dezembro de 2010							
Tuper Sistemas de Exaustão Ltda.	Brasil	16.063	2.468	2.468	16.063	-	99,99%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – DF	Brasil	120	3.059	3.059	120	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – RS	Brasil	60	10.510	10.510	60	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – SC	Brasil	60	3.127	3.127	60	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MG	Brasil	60	6.019	6.019	60	-	100,00%
Tuper Distribuidora Prod. Metal S.A. – DF	Brasil	72	11.638	11.638	72	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Escapamentos S.A - SP	Brasil	120	5.592	5.592	120	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MT	Brasil	60	809	809	60	-	100,00%
Tuper Comercial S.A. – RS	Brasil	1.739	1.567	1.567	1.739	-	100,00%
Tuper Comercial S.A. – PR	Brasil	766	1.227	1.227	766	-	100,00%
Tuper Comercial S.A. – SP	Brasil	(207)	(168)	(168)	-	(207)	100,00%
Tuper Comercial S.A. – ES	Brasil	(530)	(580)	(580)	-	(530)	100,00%
Tuper Comercial S.A. – MG	Brasil	(185)	(234)	(234)	-	(185)	100,00%
Tuper Soluções Construtivas S.A. – MT	Brasil	60	584	584	60	-	100,00%
Tuper Soluções Construtivas S.A. – DF	Brasil	(118)	(97)	(97)	-	(118)	100,00%
Tuper Distribuidora Sol. Construtivas S.A. – DF	Brasil	(193)	(166)	(166)	-	(193)	100,00%
Dr. Escap Distribuidor de Autopeças Ltda.	Brasil	115	13	-	1	-	1,00%
Vanzin Industrial de Autopeças Ltda.	Brasil	(83.343)	228	228	-	(83.343)	99,99%
		(65.281)	45.596	45.583	19.181	(84.576)	
Em 31 de dezembro de 2009							
Tuper Sistemas de Exaustão Ltda.	Brasil	12.947	(17)	(9)	6.473	-	50,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – DF	Brasil	120	5.095	5.095	120	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – RS	Brasil	60	5.478	5.478	60	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – SC	Brasil	60	2.096	2.096	60	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MG	Brasil	56	1.157	1.157	56	-	100,00%
Tuper Distribuidora Prod. Metal S.A. – DF	Brasil	72	3.014	3.014	72	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Escapamentos S.A - SP	Brasil	60	1.304	1.304	60	-	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MT	Brasil	5	(6)	(6)	5	-	100,00%
Tuper Comercial S.A. – RS	Brasil	60	284	284	60	-	100,00%
Tuper Comercial S.A. – PR	Brasil	60	599	599	60	-	100,00%
Tuper Comercial S.A. – SP	Brasil	13	(37)	(37)	13	-	100,00%
Tuper Soluções Construtivas S.A. – MT	Brasil	60	1.001	1.001	60	-	100,00%
Tuper Soluções Construtivas S.A. – DF	Brasil	(21)	(81)	(81)	-	(21)	100,00%
Tuper Distribuidora Sol. Construtivas S.A. – DF	Brasil	(28)	(88)	(88)	-	(28)	100,00%
Dr. Escap Distribuidor de Autopeças Ltda.	Brasil	102	529	(15)	1	-	1,00%
Vanzin Industrial de Autopeças Ltda.	Brasil	(83.570)	16.774	28.816	-	(83.570)	99,99%
		(69.944)	37.102	48.608	7.100	(83.619)	

Investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.100
Aquisição de Investimentos	8.886
Ajuste pelo Patrimônio Líquido	52
Reclassificação para Passivo Descoberto	(13)
Equivalência Patrimonial	46.600
Dividendos Propostos	(43.444)
Saldo em 31 de dezembro 2010	19.181

Passivo a Descoberto	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(83.619)
Aquisição de Investimentos	100
Ajuste pelo Patrimônio Líquido	(52)
Reclassificação do Investimento	13
Equivalência Patrimonial	(1.018)
Dividendos Propostos	-
Saldo em 31 de dezembro 2010	(84.576)

Em 2009 e 2010 a Tuper S.A. constituiu novas Companhias visando aumentar a sua participação no ramo de autopeças, telhas e tubos de aço e prestação de serviços automotivos. Estas Companhias foram registradas como investimentos em sociedades controladas.

Em 25 de novembro de 2008 a Companhia adquiriu o controle societário da empresa Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., lavrando nesta data o Memorando de Entendimentos para Aquisição de Participação Societária. Em dezembro do mesmo ano foi assinada procuração para Tuper S.A. concedendo poderes para administração dessa empresa. No entanto, sob a forma jurídica o Contrato de Compra e Venda de Participação Societária somente foi registrado em 27 de abril de 2009.

12.2 Propriedades para Investimento

Em 2009 a Companhia reclassificou três imóveis (Terrenos) no valor de R\$ 159.034 para o grupo propriedades para investimento.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	655	655
Reclassificação	159	159
Depreciação	(22)	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	792	792
Adições	270	270
Baixas	(270)	(270)
Reclassificação	3.126	3.126
Depreciação	(22)	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.896	3.896
Custo	3.940	3.940
Depreciação Acumulada	(44)	(44)
Saldo Líquido	3.896	3.896

12.3 Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

A Companhia mantém registrado o ágio resultante do processo de aquisição da empresa Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda. ocorrida em 25 de novembro de 2008, no valor de R\$ 132.166, imputado ao ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA 13 – IMOBILIZADO

CONTROLADORA	Terrenos	Edifício e		Máquinas e		Instalações	Ferramentas	Matrizes	Equipamentos		Móveis e		Imobilizado		Total
		Benfeitorias	Equipamentos	Equipamentos	Instalações				de Informática	Utensílios	Veículos	Outros	Andamento		
Taxas anuais de depreciação			4%	3 a 20%		10%	7 a 33%	4 a 20%	10 a 20%		10%	20 a 50%			
Em 31 de dezembro de 2009															
Custo	23.446	26.622	124.055	4.779	245	198	817	1.455	1.523	360	54.312	237.812			
Dep. Acum. e Impairment	-	(1.487)	(46.510)	(956)	-	-	-	(174)	(727)	-	-	(49.854)			
Valor líquido contábil	23.446	25.135	77.545	3.823	245	198	817	1.281	796	360	54.312	187.958			
Saldo Inicial	23.446	25.135	77.545	3.823	245	198	817	1.281	796	360	54.312	187.958			
Adições	85	-	-	-	-	-	-	-	1.224	-	96.411	97.720			
Baixas	-	-	(6)	-	-	-	-	(1)	(539)	-	-	(546)			
Transferências	(8)	16.413	22.512	6.221	1.187	2.712	2.329	8	57	(356)	(51.075)	-			
Transferências para Investimentos e Intangível	(3.126)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)	(3.147)			
Depreciação	-	(2.187)	(6.718)	(859)	(196)	(385)	(550)	(136)	(184)	-	-	(11.215)			
Baixas da Depreciação	-	-	3	-	-	-	-	1	222	-	-	226			
Saldo Final	20.397	39.361	93.336	9.185	1.236	2.525	2.596	1.153	1.576	4	99.627	270.996			
Em 31 de dezembro de 2010															
Custo	20.397	41.548	100.051	10.044	1.432	2.910	3.146	1.288	1.538	4	99.627	281.985			
Dep. Acum. e Impairment	-	(2.187)	(6.715)	(859)	(196)	(385)	(550)	(135)	38	-	-	(10.989)			
Valor líquido contábil	20.397	39.361	93.336	9.185	1.236	2.525	2.596	1.153	1.576	4	99.627	270.996			

CONSOLIDADO	Terrenos	Edifícios e		Máquinas e		Instalações	Ferramentas	Matrizes	Equipamentos		Móveis e		Imobilizado		Total
		Benfeitorias	Equipamentos	Equipamentos	Instalações				de Informática	Utensílios	Veículos	Outros	Andamento		
Taxas anuais de depreciação			4%	3 a 20%		10%	7 a 33%	4 a 20%	10 a 20%		10%	20 a 50%			
Em 31 de dezembro de 2008															
Custo	26.510	43.470	150.978	5.101	286	550	1.005	3.430	2.112	12.814	19.444	265.700			
Dep. Acum. e Impairment	-	(7.383)	(55.081)	(757)	-	-	-	(1.084)	(468)	-	-	(64.773)			
Valor líquido contábil	26.510	36.087	95.897	4.344	286	550	1.005	2.346	1.644	12.814	19.444	200.927			
Adições	1.044	18	3.062	71	-	-	-	65	212	-	40.665	45.137			
Baixas	(327)	(499)	(53)	(1)	-	-	-	(20)	(399)	-	(153)	(1.452)			
Transferências	-	187	4.325	172	-	-	-	143	58	-	(4.885)	-			
Revisão Vida útil e levantamento físico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.559)	-	(5.559)			
Depreciação	-	(2.714)	(7.516)	(225)	-	-	-	(176)	(211)	-	-	(10.842)			
Baixas da Depreciação	-	375	40	-	-	-	-	7	13	-	-	435			
Saldo Final	27.227	33.454	95.755	4.361	286	550	1.005	2.365	1.317	7.255	55.071	228.646			
Em 31 de dezembro de 2009															
Custo	27.227	43.176	158.312	5.343	286	550	1.005	3.618	1.983	7.255	55.071	303.826			
Depreciação Acumulada e Impairment	-	(9.722)	(62.557)	(982)	-	-	-	(1.253)	(666)	-	-	(75.180)			
Valor líquido contábil	27.227	33.454	95.755	4.361	286	550	1.005	2.365	1.317	7.255	55.071	228.646			
Saldo Inicial	27.227	33.454	95.755	4.361	286	550	1.005	2.365	1.317	7.255	55.071	228.646			
Adições	85	11	23	52	2	-	59	44	1.215	-	100.485	101.976			
Baixas	-	-	(8)	-	-	-	(4)	(1)	(979)	-	-	(992)			
Transferências	(8)	17.101	19.103	6.765	1.386	12.095	3.567	302	115	(7.250)	(53.176)	-			
Transf. Bens Mantidos p/ Venda	-	-	-	-	-	-	-	-	33	-	-	33			
Transferências para Investimentos e Intangível	(3.126)	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	(35)	(3.164)			
Depreciação	-	(2.643)	(7.957)	(933)	(220)	(1.122)	(780)	(299)	(234)	-	-	(14.188)			
Baixas da Depreciação	-	-	3	-	-	-	-	1	1	548	-	553			
Saldo Final	24.178	47.923	106.919	10.245	1.454	11.523	3.848	2.409	2.015	5	102.345	312.864			
Em 31 de dezembro de 2010															
Custo	24.178	60.288	177.430	12.160	1.674	12.645	4.627	3.960	2.367	5	102.345	401.679			
Depreciação Acumulada e Impairment	-	(12.365)	(70.511)	(1.915)	(220)	(1.122)	(779)	(1.551)	(352)	-	-	(88.815)			
Valor líquido contábil	24.178	47.923	106.919	10.245	1.454	11.523	3.848	2.409	2.015	5	102.345	312.864			

A Companhia procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a Resolução CFC nº 1.177/09, que aprova a NBC TG 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a Resolução CFC nº 1.263/09 que aprova a Interpretação Técnica ITG 10.

Na adoção inicial destes pronunciamentos, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ITG 10. Desta forma, em 01/01/2008, data de transição ao IFRS, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção *"in loco"* de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Julgamento com base nas premissas definidas pela Companhia;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Informação referente ao ambiente econômico;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;
- Histórico de alienação dos bens após o período de utilização; e,
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Determinação da política

Para determinação da política utilizada, a Companhia realizou juntamente com os técnicos de cada área, a revisão da vida útil do bem e estimar seu valor de venda ao final da vida útil.

Os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação da frota, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Nas demonstrações consolidadas a depreciação foi lançada no resultado do exercício conforme segue: R\$ 13.113 para custos, R\$ 591 para despesas comerciais, R\$ 316 para despesas administrativas e R\$ 169 na rubrica de Outras Receitas e Despesas que refere-se a Depreciação com Reavaliação.

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos no montante de R\$ 49.842.

NOTA 14 - INTANGÍVEL

CONTROLADORA	Ágio	Marcas e Patentes	Softwares	Outros	Desenvolvimento de Novos Produtos	Total
Taxas Anuais de Amortização			5% a 20%			
Em 31 de dezembro de 2009						
Custo	129.552	93	2.615	-	294	132.554
Amort. Acum. e Impairment	(129.552)	-	(905)	-	-	(130.457)
Valor líquido contábil	-	93	1.710	-	294	2.097
Adições	-	-	-	-	7.070	7.070
Transferências	-	(17)	(688)	94	611	-
Transferências do Imobilizado	-	-	21	-	-	21
Amortização	-	-	(207)	-	-	(207)
Saldo Final	-	76	836	94	7.975	8.981
Em 31 de dezembro de 2010						
Custo	129.552	76	1.948	94	7.975	139.645
Amort. Acum. e Impairment	(129.552)	-	(1.112)	-	-	(130.664)
Valor líquido contábil	-	76	836	94	7.975	8.981

CONSOLIDADO	Ágio	Patentes	Softwares	Outros	Desenvolvimento de Novos Produtos	Total
Percentual de Amortização Anual			5% a 20%			
Em 31 de dezembro de 2008						
Custo	261.718	96	1.614	279	-	263.707
Amort. Acum. e Impairment	(127.393)	-	(650)	(62)	-	(128.105)
Valor líquido contábil	134.325	96	964	217	-	135.602
Adições	-	-	1.036	539	-	1.575
Transferências	-	-	4	-	-	4
Impairment	(2.159)	-	-	-	-	(2.159)
Amortização	-	-	(285)	-	-	(285)
Revisão Vida útil e Levan. Físico	-	-	-	274	-	274
Saldo Final	132.166	96	1.719	1.030	-	135.011
Em 31 de dezembro de 2009						
Custo	259.559	96	2.654	818	-	263.127
Amort. Acum. e Impairment	(127.393)	-	(935)	212	-	(128.116)
Valor líquido contábil	132.166	96	1.719	1.030	-	135.011
Adições	-	-	-	-	8.231	8.231
Transferências	-	(20)	(465)	94	391	-
Transferências do Imobilizado	-	38	-	-	-	38
Amortização	-	-	(261)	-	-	(261)
Saldo Final	132.166	114	993	1.124	8.622	143.019
Em 31 de dezembro de 2010						
Custo	259.559	114	2.189	912	8.622	271.396
Amort. Acum. e Impairment	(127.393)	-	(1.196)	212	-	(128.377)
Valor líquido contábil	132.166	114	993	1.124	8.622	143.019

Os gastos com desenvolvimento de novos produtos são ativados até o início da efetiva produção dos mesmos. Esses gastos iniciarão a respectiva amortização a partir do momento em que a empresa iniciar sua produção para comercialização.

O ágio resultante do processo de incorporação da Companhia TS Administração e Participações Ltda., no valor de R\$ 129.552, imputado ao Ativo Intangível, foi reduzido ao seu valor recuperável pelo reconhecimento de uma perda por *impairment* no valor de R\$ 2.159 registrado no resultado da Companhia em 31/01/2009 sendo, portanto, integralmente amortizado naquela data.

A Companhia mantém registrado no ativo intangível consolidado o ágio resultante do processo de aquisição da empresa Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda. ocorrido em 25 de novembro de 2008, no valor de R\$ 132.166.

As despesas com amortização foram lançadas integralmente na rubrica de despesas administrativas.

NOTA 15 - VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - "IMPAIRMENT"

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos incluindo o ágio, sendo identificadas as seguintes perdas por "impairment":

Controladora	Contas a Receber	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2008	2.165	2.159	4.324
	-	-	-
Constituições (resultado)	2.826	-	2.826
Reversões (resultado)	-	-	-
Baixas contra provisões	(335)	(2.159)	(2.494)
Em 31 de dezembro de 2009	4.656	-	4.656
Constituições (resultado)	1.334	-	1.334
Reversões (resultado)	-	-	-
Baixas contra provisões	(741)	-	(741)
Em 31 de dezembro de 2010	5.249	-	5.249

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e com base na análise individual dos clientes mais representativos.

NOTA 16 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Contas a Pagar a Fornecedores	83.482	46.114	96.079	70.883
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	2.506	307	-	-
Ajuste a Valor Presente	(1.520)	(656)	(1.797)	(1.610)
Contas a Pagar a Fornecedores	84.468	45.765	94.282	69.273
Obrigações Sociais	7.780	5.547	11.278	8.196
Obrigações Tributárias	7.095	4.755	12.031	7.420
Parcelamento Tributário/ Lei nº 11.941/09 (a)	1.166	1.031	7.857	6.930
Adiantamentos de Clientes	5.036	3.225	5.036	3.225
Outras Contas a Pagar	20.141	8.211	23.673	7.213
Parcela Circulante	125.686	68.534	154.157	102.257
Obrigações Tributárias	475	162	6.878	6.918
Parcelamento Tributário/ Lei nº 11.941/09 (a)	6.836	6.901	57.648	57.439
Mútuos com Empresas Ligadas	-	2.015	-	-
Outras Contas a Pagar	1.858	3.944	1.858	3.944
Parcela Não Circulante	9.169	13.022	66.384	68.301
Total a Pagar a Fornecedores	84.468	45.765	94.282	69.273
Total de Outras Contas a Pagar	50.387	35.791	126.259	101.285
Total Geral	134.855	81.556	220.541	170.558

Aging List Contas a Pagar	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Vencidos	3.761	4.095	4.058	444
A vencer em até 3 meses	66.221	41.149	75.526	51.146
A vencer entre 3 e 6 meses	9.578	75	9.778	1.225
A vencer acima de 6 meses	4.908	446	4.920	16.458
Contas a Pagar a Fornecedores	84.468	45.765	94.282	69.273

- (a) A Controlada Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda. fez a opção em 31/08/2009 pelo parcelamento de débitos tributários em conformidade com as disposições da Lei nº 11.941/09 junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. As benesses deste parcelamento foram determinantes para a opção, onde os débitos tributários e previdenciários, inclusive os inscritos em dívida ativa serão amortizados em 120 parcelas com redução da multa de mora ou de ofício, juros moratórios e encargos legais. O montante final da dívida em 2009 após as reduções admitidas antes das compensações é de R\$ 5.899 no curto prazo e R\$ 50.538 no longo prazo. Em dezembro de 2010 os saldos da controlada são R\$ 6.691 no curto prazo e R\$ 50.812 no longo prazo.

Ainda em conformidade a Lei nº 11.941/09, a Controladora Tuper S.A. optou em 24/11/2009 pelo parcelamento de débitos tributários junto aos órgãos acima mencionados, com amortização em 180 meses. O montante da dívida em 2009 é de R\$ 392 no curto prazo e R\$ 5.434 no longo prazo. Em dezembro de 2010 os saldos são de R\$ 459 no curto prazo e R\$ 5.896 no longo prazo. Também em 24/11/2009, a Controladora efetuou migração de parcelamento que se encontrava ativo na modalidade de PAES para REFIS, com previsão de quitação para 72 meses, apresentando em 2009 no curto prazo o montante de R\$ 639 e R\$ 1.467 no longo prazo. Em dezembro de 2010 os saldos são de R\$ 707 no curto prazo e R\$ 940 no longo prazo.

A referida legislação prevê ainda a possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social Sobre Lucro - CSLL para compensação de multas, de mora e de ofício, e juros moratórios.

A consolidação dos parcelamentos ocorrerá por meio de ato conjunto da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, onde serão indicados os débitos a serem parcelados, a quantidade de parcelas e os montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL a serem compensados com os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e os juros moratórios. De acordo com a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011, o processamento da consolidação dos parcelamentos pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ocorrerá somente após a data de 07/06/2011, conforme enquadramento no cronograma para Empresas submetidas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado e especial no ano de 2011.

NOTA 17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Circulante				
Capital de Giro	116.845	60.680	116.845	61.283
Financiamentos	10.251	2.413	10.251	2.665
Arrendamentos Financeiros	632	304	679	373
	127.728	63.397	127.775	64.321
Não Circulante				
Capital de Giro	4.667	609	4.667	1.462
Financiamentos	82.264	24.822	82.265	24.991
Arrendamentos Financeiros	759	830	773	891
	87.690	26.261	87.705	27.344
Total de Empréstimos e Financiamentos	215.418	89.658	215.480	91.665

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Por Data de Vencimento				
Em até 1 ano	127.728	63.397	127.775	64.321
De 2 a 3 anos	50.901	15.433	50.915	16.516
De 4 a 5 anos	33.719	8.945	33.720	8.945
Acima de 5 anos	3.070	1.883	3.070	1.883
	215.418	89.658	215.480	91.665

Taxas

Capital de Giro De 1,03% a 1,14% ao mês, de 120% a 135,28% do CDI e VC + 130% CDI

Ativo Fixo – Finame De TJLP + 4,5% ao ano a TJLP + 11,04% ao ano

Arrendamentos Financeiros De 1,01% a 1,44% ao mês

Empréstimos a Pagar por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Reais	148.195	88.178	148.257	90.185
Dólares	67.223	1.480	67.223	1.480
Empréstimos a Pagar	215.418	89.658	215.480	91.665

NOTA 18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
IRPJ a Compensar	1.378	4.065	1.864	4.162
CSLL a Compensar	74	1.073	232	1.087
Total Ativo Circulante	1.452	5.138	2.096	5.249
Impostos Diferidos	7.465	609	25.314	2.197
Total Ativo Não Circulante	7.465	609	25.314	2.197

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Provisão IRPJ		417	1.272	1.223
Provisão CSLL		223	607	683
Total Passivo Circulante		640	1.879	1.906
Impostos Diferidos	29.012	22.494	38.518	32.235
Total Passivo Não Circulante	29.012	22.494	38.518	32.235

18.1 Impostos Diferidos

Ativo Fiscal Diferido	Controladora					
	2010			2009		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferença Temporária - AVP Clientes	326	117	443	146	52	198
Diferença Temporária - Leasing	472	170	642	303	108	411
Diferença Temporária - Provisões	4.691	1.689	6.380	-	-	-
Diferença Temporária - Prejuízos Fiscais	-	-	-	-	-	-
Total Ativo Não Circulante	5.489	1.976	7.465	449	160	609

Passivo Fiscal Diferido	Controladora					
	2010			2009		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferença Temporária - AVP Fornecedores	380	137	517	164	59	223
Diferença Temporária - AVP Títulos a Pagar	47	17	64	205	73	278
Diferença Temporária - Leasing	575	207	782	381	137	518
Diferença Temporária - Custo Atribuído	18.482	6.654	25.136	15.790	5.685	21.475
Diferença Temporária - Vida Útil	1.008	363	1.371	-	-	-
Diferença Temporária - Bens Reavaliados	840	302	1.142	-	-	-
Total Passivo Não Circulante	21.332	7.680	29.012	16.540	5.954	22.494

Ativo Fiscal Diferido	Consolidado					
	2010			2009		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferença Temporária - AVP Clientes	455	164	619	158	56	214
Diferença Temporária - Leasing	505	181	686	346	125	471
Diferença Temporária - Provisões	5.101	1.836	6.937	-	-	-
Diferença Temporária - Prejuízos Fiscais	12.559	4.513	17.072	1.111	401	1.512
Total Ativo Não Circulante	18.620	6.694	25.314	1.615	582	2.197

Passivo Fiscal Diferido	Consolidado					
	2010			2009		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferença Temporária - AVP Fornecedores	449	162	611	300	108	408
Diferença Temporária - AVP Títulos a Pagar	47	17	64	205	73	278
Diferença Temporária - Leasing	604	222	826	420	155	575
Diferença Temporária - Custo Atribuído	24.107	8.679	32.786	22.774	8.200	30.974
Diferença Temporária - Vida Útil	1.359	489	1.848	-	-	-
Diferença Temporária - Bens Reavaliados	1.752	631	2.383	-	-	-
Total Passivo Não Circulante	28.318	10.200	38.518	23.699	8.536	32.235

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a NBC TG 32.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda corrente e diferido durante o exercício é a seguinte:

Conciliação da Despesa com IRPJ/CSLL	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesas com IRPJ/CSLL Correntes	(3.580)	(1.631)	(12.780)	(6.815)
Tributos Diferidos sobre AVP de Clientes	245	198	336	198
Tributos Diferidos sobre AVP de Fornecedores	(294)	(226)	(83)	(226)
Tributos Diferidos sobre Leasing	(33)	(57)	(35)	(57)
Tributos Diferidos sobre Títulos a Pagar	148	(279)	148	(279)
Tributos Diferidos sobre Custo Atribuído	1.495	(676)	2.171	(676)
Tributos Diferidos sobre Revisão da Vida Útil	(1.433)		(2.030)	
Tributos Diferidos sobre Outras Diferenças Temporárias	(1.168)	6.534	(1.005)	5.803
Tributos Diferidos sobre Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa			15.560	30.090
Total	(4.620)	3.863	2.282	28.038

NOTA 19 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Em 31 de dezembro de 2008	964	2.102	514	3.580
Constituição de Provisões	200	23.441	64	23.705
Reversão de Provisões	(745)	(5.053)	(291)	(6.090)
Provisões Utilizadas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	419	20.490	288	21.195
Constituição de Provisões	72	-	81	153
Reversão de Provisões	(300)	(4.330)	-	(4.630)
Provisões Utilizadas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	191	16.160	369	16.718
Depósitos Judiciais Relacionados	596	447	369	1.412
	-	-	-	-
Efeito Líquido	(405)	15.713	-	15.306

	Consolidado			Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Em 31 de dezembro de 2008	964	3.552	7.435	11.951
Constituição de Provisões	696	21.660	65	22.421
Reversão de Provisões	(64)	(4.682)	(7.210)	(11.956)
Provisões Utilizadas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	1.596	20.530	290	22.416
Constituição de Provisões	751	5.803	81	6.635
Reversão de Provisões	(982)	(10.135)	(2)	(11.119)
Provisões Utilizadas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	1.365	16.198	369	17.932
Depósitos Judiciais Relacionados	861	451	369	1.681
	-	-	-	-
Efeito Líquido	504	15.747	-	16.251

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora	Consolidado
Contingências Trabalhistas		1.007
Contingências Cíveis	33	69
Contingências Tributárias	21.976	21.976
Total de Perdas Possíveis	22.009	23.052

NOTA 20 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

20.1 Transações entre partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Circulante						Ativo Não Circulante			
	Ctas. a Receber		Dividendos a Receber		Adiant. a Fornecedor		Mutuos		AFAC	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Tuper Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	14.532	14.212	-	-
Tuper Sistemas de Exaustão Ltda.	3.082	766	-	-	-	-	564	-	-	-
Vanzin Industrial Auto Peças Ltda.	2.422	42.019	-	-	-	-	17.442	60.487	-	-
Subsidiárias Integrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A – Brasília I	5.667	1.548	340	1.592	3	-	-	-	-	-
Tuper Distrib. De Produtos Metalúrgicos S/A – Brasília II	4.950	2.342	3.030	2.365	-	-	-	30	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A – Esteio/RS	2.599	778	3.430	1.268	6	-	-	-	-	37
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A - SBS/SC	2.033	716	919	672	-	-	-	-	-	1
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A - Contagem/MG	2.914	1.340	1.267	1.077	-	-	-	-	-	-
Tuper Distribuidora De Escapamentos S/A - Bauru/SP	3.437	1.086	1.241	-	-	-	-	-	-	14
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A - Cuiabá/MT	415	-	420	-	-	-	-	-	-	-
Tuper Soluções Construtivas S/A – Cuiabá/MT	1.857	1.173	-	288	-	-	-	-	-	2
Tuper Distrib. Soluções Construtivas S/A - Brasília I	89	-	-	-	-	-	-	49	-	9
Tuper Soluções Construtivas S/A - Brasília II	-	-	-	-	-	-	-	172	-	32
Tuper Comercial S/A – Esteio/RS	6.214	778	534	522	4	-	-	-	-	2.233
Tuper Comercial S/A – Curitiba/PR	8.955	2.524	331	527	4	-	-	-	-	583
Tuper Comercial S/A – Embu/SP	9.981	2.073	-	1.295	-	-	-	16	-	222
Tuper Comercial S/A – Serra/ES	7.763	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuper Comercial S/A – Uberlândia/MG	1.051	-	-	-	-	-	-	290	-	-
Dr. Escap. Distribuidor De Auto Peças Ltda - São Roque/SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações entre Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	63.429	57.143	11.512	9.606	17	-	15.096	31.654	61.044	3.133

	Passivo Circulante						Passivo Não Circulante			
	Contas a Pagar		Dividendos a Pagar		Adiant. de Clientes		Mutuo		AFAC	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Tuper Sistemas de Exaustão Ltda.	397	14	-	-	-	-	-	2.015	-	-
Vanzin Industrial Auto Peças Ltda.	1.847	288	-	-	-	31	-	-	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A – Brasília I	14	-	-	-	1.061	1.144	-	-	-	-
Tuper Distrib. De Produtos Metalúrgicos S/A – Brasília II	-	-	-	-	36	77	-	-	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A – Esteio/RS	-	-	-	-	432	1.114	-	-	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A - SBS/SC	190	-	-	-	489	487	-	-	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A - Contagem/MG	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Tuper Distribuidora De Escapamentos S/A - Bauru/SP	52	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Tuper Soluções Construtivas S/A – Cuiabá/MT	-	-	-	-	197	7	-	-	-	-
Tuper Comercial S/A – Esteio/RS	6	-	-	-	54	368	-	-	-	-
Tuper Comercial S/A – Curitiba/PR	-	5	-	-	287	227	-	-	-	-
Tuper Comercial S/A – Embu/SP	-	-	-	-	18	23	-	-	-	-
Tuper Comercial S/A – Serra/ES	-	-	-	-	33	-	-	-	-	-
	2.506	307	-	-	2.609	3.479	-	2.015	-	-

	Resultado (Receitas)						Resultado (Despesas)			
	Vendas		Serviços		Financeiras		Custos		Financeiras	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Tuper Participações S.A.	-	-	-	-	1.375	-	-	-	-	-
Tuper Sistemas de Exaustão Ltda.	17.684	11.033	5	11	47	-	13.232	8.796	88	27
Vanzin Industrial Auto Peças Ltda.	3.569	27.233	-	-	2.986	2.973	2.417	18.862	-	-
Subsidiárias Integrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A – Brasília I	14.092	31.629	-	-	-	-	14.091	31.629	-	-
Tuper Distrib. De Produtos Metalúrgicos S/A – Brasília II	22.601	6.625	-	-	-	-	22.571	6.625	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A – Esteio/RS	22.914	15.675	-	-	-	-	22.902	15.675	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A - SBS/SC	6.111	6.339	-	-	-	-	6.083	6.339	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A - Contagem/MG	11.935	2.862	-	-	-	-	11.935	2.862	-	-
Tuper Distribuidora De Escapamentos S/A - Bauru/SP	12.167	577	-	-	-	-	12.165	577	-	-
Tuper Distribuidora De Autopeças S/A - Cuiabá/MT	1.524	-	-	-	-	-	1.524	-	-	-
Tuper Soluções Construtivas S/A – Cuiabá/MT	6.369	6.039	-	-	-	-	5.374	6.039	-	-
Tuper Distrib. Soluções Construtivas S/A - Brasília I	200	-	-	-	-	-	169	-	-	-
Tuper Comercial S/A – Esteio/RS	13.561	7.036	-	-	-	-	9.873	5.249	-	-
Tuper Comercial S/A – Curitiba/PR	20.140	8.805	-	-	-	-	14.241	6.632	-	-
Tuper Comercial S/A – Embu/SP	13.068	2.394	-	-	-	-	9.431	1.800	-	-
Tuper Comercial S/A – Serra/ES	11.109	-	-	-	-	-	7.886	-	-	-
Tuper Comercial S/A – Uberlândia/MG	1.142	-	-	-	-	-	786	-	-	-
	178.186	126.247	5	11	4.408	2.973	154.680	111.085	88	27

- a) As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em dois meses. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas.
- b) Nos mútuos entre as empresas, os contratos prevêm taxas de juros de 1,16 % a.m.

20.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração de Conselheiros e Diretores	1.975	2.359	1.975	2.359
	1.975	2.359	1.975	2.359

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.430, dividido em 206.689 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "b" do artigo 36 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com alterações da lei nº 10.303/01.

	<u>2010</u>
Lucro Líquido do Exercício	51.253
Constituição de Reserva Legal - 5%	<u>(2.563)</u>
Base para Dividendos Obrigatórios	48.690
Dividendos a Distribuir - 25%	(12.173)
Realização da Reserva de Reavaliação	169
Realização do Custo Atribuído	6.384
Realização dos Tributos Diferidos sobre Custo Atribuído	<u>(2.171)</u>
Lucro Disponível para Reserva para Aumento de Capital	40.899

O Lucro Líquido remanescente no montante R\$ 40.899 será destinado a Reserva para Aumento de Capital que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro e para amortização de dívidas, conforme orçamento de capital a ser submetido à aprovação da AGO.

Os dividendos pagos em 2010 e 2009 foram de R\$ 20.012 (R\$ 105,47 por ação) e R\$ 7.150 (R\$ 37,68 por ação), respectivamente. No exercício de 2010 foram provisionados os dividendos a pagar em 2011, em conformidade com o mínimo obrigatório no valor de R\$ 12.173. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for deliberada.

c) Reserva de Reavaliação

Em 1994 foram reavaliados os bens (máquinas, equipamentos e edifícios), pelo valor de mercado.

No exercício foi realizado o montante de R\$ 169 (R\$ 349 em 2009) referente reavaliação e contabilizado na conta de Lucros Acumulados.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

NOTA 22 - DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Salários	25.798	20.593	37.725	29.645
Férias	3.415	-	5.009	-
13º Salários	2.312	-	3.433	-
Assist. Médica e Hospitalar/ Odontológica	1.464	1.072	1.752	1.339
Custos Previdenciários e FGTS	12.301	9.428	18.273	14.371
Programa de Alimentação ao Trabalhador	1.890	1.885	3.024	2.611
Provisões de Férias e 13º Salário	3.418	4.456	4.849	4.709
Seguro de Vida em Grupo/ Acidentes Pessoais	153	152	205	2.177
Transporte de Empregados	547	296	872	367
	51.298	37.882	75.142	55.219

NOTA 23 - RESULTADO POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Receita Líquida de Vendas	533.828	388.437	665.654	488.123
Outras Receitas	6.750	4.373	10.516	43.120
	540.578	392.810	676.170	531.243
Custos e Despesas				
Materiais	(376.405)	(284.672)	(398.146)	(329.492)
Mão-de-Obra	(41.991)	(31.303)	(62.605)	(45.961)
Depreciação/Amortização	(11.446)	(10.435)	(14.471)	(11.576)
Equivalência Patrimonial	45.583	52.184	-	-
Outros Custos e Despesas	(84.237)	(87.396)	(127.004)	(123.624)
	(468.496)	(361.622)	(602.226)	(510.653)
Resultado das Atividades Operacionais	72.082	31.188	73.944	20.590

NOTA 24 - RECEITA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Venda de Produção Própria	688.256	493.618	613.802	454.095
Venda Mercadoria Adquirida de Terceiros	49.371	39.557	289.148	204.766
Industrializações por Encomenda	4.160	2.880	66	40
Prestação de Serviços	17	576	378	7
Venda de Resíduos	5.125	2.487	5.182	2.432
(-) Ajuste a Valor Presente	(9.663)	(8.589)	(14.025)	(13.451)
Receita Operacional Bruta	737.266	530.529	894.551	647.889
(-) Devoluções s/ Vendas	(16.652)	(9.479)	(19.340)	(10.069)
(-) Impostos s/ Vendas	(186.786)	(132.613)	(209.557)	(149.697)
Receita de Vendas	533.828	388.437	665.654	488.123

NOTA 25 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	(365)	(375)	(949)	(1.059)
Encargos de Descontos de Títulos	-	(1.865)	-	(1.865)
Descontos Concedidos	(129)	(565)	(206)	(1.787)
Variações Cambiais Passivas	(5.351)	(9.813)	(5.634)	(9.963)
Varição no Valor Justo de Instrumentos Financeiros	(611)	(247)	(611)	(247)
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(19.750)	(10.584)	(20.005)	(13.830)
Despesas AVP de Fornecedores	(9.725)	(5.205)	(13.170)	(11.461)
Encargos de Mútuos	(440)	(27)	(352)	-
Juros s/ Investimentos em Controladas	(689)	-	(689)	-
Encargos de Arrendamentos Financeiros	(1.707)	(1.316)	(2.055)	(1.360)
Encargos de Pagamentos em Atraso	(1.918)	-	(2.246)	(3.974)
Encargos sobre Parcelamento de Tributos	(1.001)	-	(6.170)	-
Outras Despesas	(961)	(3.581)	(1.352)	(5.471)
	(42.647)	(33.578)	(53.439)	(51.017)
Receitas Financeiras				
Descontos Auferidos	957	1.374	1.125	1.634
Varição Monetária	101	394	101	402
Varição Cambial	8.465	7.515	8.813	7.515
Receitas de Aplicações Financeiras	1.101	565	1.101	722
Juros s/ Capital Próprio	-	59	-	59
Receita AVP de Clientes	8.943	10.690	13.032	15.376
Redução Juros Lei 8.672/2007 – MT	159	-	159	-
Redução Multa Lei 8.672/2007 – MT	158	-	158	-
Encargos de Mútuos	4.448	2.973	1.327	1
Varição no Valor Justo de Instrumentos Financeiros	200	2.210	200	2.338
Encargos de Recebimento em Atraso	1.900	5.605	2.323	5.829
Outras Receitas Financeiras	6	5.689	127	7.051
	26.438	37.074	28.466	40.927
Resultado Financeiro Líquido	(16.209)	3.496	(24.973)	(10.090)

NOTA 26 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Impairment Ágio - TS Administração	-	(2.159)	-	(2.159)
Programa Participação de Resultados	-	(2.139)	-	(2.201)
Reversão Provisão para Perdas	22	22	22	22
Aluguéis e Arrendamentos	219	473	257	219
Vendas de Imobilizado	410	-	951	-
Baixas de Imobilizado	(320)	(896)	(439)	(4.440)
Vendas de Investimentos	279	-	279	-
Baixas de Investimentos	(270)	-	(270)	-
Provisão para Contingências	(1.046)	(13.849)	(1.152)	(17.860)
Reversão Provisão para Contingências	5.605	-	5.605	-
Multas	(1.077)	-	(1.478)	-
Resultado Ajuste da Equivalência	-	-	-	(2.029)
Outras Receitas e Despesas	(882)	(50)	1.541	(884)
	<u>2.940</u>	<u>(18.598)</u>	<u>5.316</u>	<u>(29.332)</u>

NOTA 27 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Objeto</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Seguro Compreensivo	Veículos	Tabela Fipe + VMR 110%	De 01/11/2010 a 01/11/2011
Cobertura Básica	Patrimonial	R\$ 338 milhões	De 01/11/2010 a 01/11/2011
Responsabilidade Civil	Danos Morais e Materiais	R\$ 2 milhões	De 01/11/2010 a 01/11/2011
Risco Coberto	Transportes Nacionais e Internacionais	R\$ 1.081 milhões	De 01/11/2010 a 01/11/2011

NOTA 28 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia realizou em 25 de março de 2011 a distribuição pública da primeira emissão de debêntures simples, nominativa, escritural e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos no valor de R\$ 90.000. O valor será amortizado em 12 (doze) parcelas trimestrais e sucessivas, após 15 (quinze) meses contados da data da emissão, sendo a primeira parcela em 25 de junho de 2012 e a última parcela em 25 de março de 2015.

NOTA 29 - LUCRO POR AÇÃO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	51.253	38.982
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	190	190
Lucro básico por ação (em Reais)	269,58	205,44

A quantidade média ponderada de ações é o número de ações ordinárias totais no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias emitidas durante o período e multiplicado por fator ponderador de tempo. O fator ponderador de tempo é o número de dias que as ações totais estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período.